

A GUERRA TUPI E A SUPERAÇÃO DA RACIONALIDADE: UMA BUSCA PELA RACIONALIDADE PROFUNDA DA GUERRA A PARTIR DA ETOLOGIA

Daniel Ribera Vainfas¹

RESUMO

O presente trabalho busca explorar a tensão entre as definições tradicionais acerca da guerra encontradas nos trabalhos de Clausewitz e Keegan, em especial a partir da dissonância entre os conceitos de “guerra como cultura” e “guerra como política”. São exploradas as contradições semânticas e ontológicas da exposição do problema que remetem a uma dificuldade de tratar teoricamente a natureza humana. Dessa forma, recorreremos a um instrumental teórico específico, assim, para melhor tratar a questão, será utilizado o aparato das ciências naturais, em particular a biologia para construir a hipótese de uma racionalidade profunda que organiza os conflitos humanos. Essa racionalidade profunda encontra-se enraizada em formulações universais acerca da racionalidade humana, derivadas das observações sobre o comportamento animal (em geral) e humano (em particular). O estudo de caso das guerras Tupis oferecem elementos que corroboram a hipótese inicial e indicam que a incorporação da biologia na análise sobre a guerra ajuda na compreensão do fenômeno.

Palavras-chave: Guerra. Tupi. Racionalidade. Etologia. Grande História.

ABSTRACT

This work is an attempt at exploring the tension between the traditional definitions of warfare that can be found in Clausewitz and Keegan’s work, specially the dissonance between the concepts of “war as culture” and “war as politics”. The semantical and ontological contradictions of the problem’s exposition are explored as they lead us to the difficulty of treating human nature from a theoretical standpoint. We make use of a specific theoretical toolbox to better deal with the question, as such we take the natural sciences perspective, in particular, the biological one to build the hypothesis of a deep rationality which organizes human conflicts. This deep rationality is rooted in universal formulations of human nature which are inferred from observations of both animal and human behavior. The case study of Tupi wars offer elements which confirm the initial hypothesis and indicate that biology is a helpful tool in the phenomenon comprehension.

Keywords: War. Tupi. Rationality. Ethology. Big History.

¹ Professor substituto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do Laboratório de Ética e Poder Global (LABEPOG) do Núcleo de Bioética e Ética Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

INTRODUÇÃO

Quando afirmamos que a guerra é um fenômeno político, buscamos explicar racionalmente o conflito a partir da expectativa de um resultado racionalmente compreensível. Ao mesmo tempo, reconhecer que todo fenômeno político envolve seres humanos significa observar um aspecto dúbio, permeado tanto por aspectos racionais quanto irracionais. Os teóricos clássicos da guerra, sobretudo Clausewitz, tendem a enfatizar o aspecto racional, ao passo que alguns autores críticos, como Keegan, fazem o oposto. Enquanto a análise dos clássicos se volta sobre as guerras trinitárias ou sobre as guerras contemporâneas (novas guerras ou guerras não-trinitárias), a proposta desse trabalho é voltar o olhar para as guerras fora do campo de análise tradicional, em particular, as guerras tupis. Busca-se superar a divisão entre racional e irracional que se apresenta na literatura, a partir do conceito de uma racionalidade profunda, na qual se articulam os substratos biológico, social e político.

Uma hipótese desse trabalho é a de que a dualidade racional/irracional pode ser superada pelos avanços nas ciências naturais, que nos oferecem uma meta-teoria (a seleção natural) capaz de estabelecer uma síntese entre esses elementos. Uma vez que o ser humano é um ser biológico e, portanto, submetido aos mesmos efeitos da seleção natural que as demais espécies, nós compartilhamos com a natureza uma herança comum. Esses avanços nos colocam face a um desafio: existindo uma natureza humana afetada pela nossa biologia, como explorar a interface entre a biologia e a guerra para compreender a história militar? A resposta necessariamente precisa levar em conta tanto a compreensão sobre a natureza humana trazida pela biologia quanto as circunstâncias políticas e culturais nas quais as sociedades encontram-se historicamente enraizadas.

No entendimento atual sobre o tema, as guerras são qualificadas como, em essência, fenômenos políticos, isto é, o que as caracteriza enquanto tais é a existência de uma expectativa acerca de algum desenvolvimento político (podendo ser desde a simples manutenção da sociedade a algum tipo de expansão imperial) decorrente do resultado do conflito e que, portanto, justifique a sua execução.

Contudo, é preciso ressaltar que o fenômeno político não pode ser visto como um constructo teórico flutuante, isso significa dizer que existem raízes humanas nos processos políticos, de tal forma que a motivação política possui uma conexão profunda com a constituição biológica humana, dado que os seres humanos são animais e possuem uma

herança evolutiva (decorrente do processo de seleção natural), condição que compartilhamos com todas as criaturas vivas.

Dessa forma, ainda que as visões mais tradicionais da guerra enfatizem o caráter técnico-cultural como variável explicativa das causas e consequências que norteiam os conflitos bélicos, os avanços recentes na biologia nos colocam face a uma questão diferente, posto que somos animais, o que o nosso aspecto biológico (instintivo, natural) nos condiciona² em uma série de comportamentos, desde a sociabilidade grupal aos laços de parentescos, como podemos incorporar esse elemento à questão essencial da guerra?

A hipótese deste trabalho e que constitui uma tentativa de responder à pergunta acima formulada consiste na proposição de uma racionalidade profunda (porque oriunda do substrato arcaico do nosso desenvolvimento enquanto espécie) em diálogo com as formas políticas e culturais às quais nos encontramos imersos.

Para explorarmos essa interface, iniciaremos a reflexão a partir da questão geral da guerra, desenvolvida no binômio antitético de guerra-primitiva e guerra-estatal. Em seguida, observaremos o caso específico da guerra Tupi que constitui um exemplo interessante para a observação de como os elementos naturais tiveram um papel crucial no desenvolvimento da sua circunstância militar. Busca-se revelar a partir dessa exploração como a racionalidade profunda, constitutiva de um universo instintivo (típico da arquitetura mental humana) se faz presente nas questões eminentemente políticas da guerra. Dessa forma, a associação com o pensamento racional, a articulação de meios e fins, constitui a hipótese de que a guerra pode ser considerada uma solução técnica, viável dentro dos moldes sociais em que seus praticantes se encontram inseridos, para problemas causados pela nossa própria condição humana.

A consequência disso é que teremos, ao término da exposição uma narrativa que nos aproxima da Grande História e trataremos da guerra com o um problema tridimensional, cujas dimensões constitutivas serão simultaneamente a dimensão biológica, a social e a política.

² O verbo aqui possui um peso semântico relevante, note que “condicionar” não corresponde a “determinar”. Por mais que existam condicionantes biológicos, seria inadequado postular um determinismo biológico, posto que haveria uma profunda dissonância com o estado atual da biologia. Quando pensamos em “condicionamento” biológico devemos ter em mente uma relação de liberdade relativa, por exemplo, o fato de haver canetas no mundo (construção inteiramente humana e cultural) responde a certo condicionamento biológico, no caso, uma determinada configuração anatômica de mãos, tivesse a humanidade se desenvolvido com outra configuração, o conjunto de ferramentas a nossa disposição seria radicalmente diferente. Para um exemplo mais abrangente, podemos pensar na questão da fome. Toda espécie requer algum tipo de nutrição, no caso humano, essa nutrição se obtém a partir de determinados alimentos que devem ser obtidos e ingeridos. As formas sociais que dizem respeito a esses processos (se o trabalho agrícola de subsistência ou a ida ao supermercado) configuram possibilidades elaboradas com algum grau de liberdade diante de um condicionamento inato.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1.A OPOSIÇÃO ENTRE KEEGAN E CLAUSEWITZ – A guerra como política ou como cultura?

John Keegan, buscando opor-se à formulação de Clausewitz da guerra como continuação da política, constrói uma interpretação própria da guerra como cultura. Assim, conforme o autor expressa em *Uma história da guerra*, os conflitos entre as sociedades surgiriam da própria *natureza humana*.

Entretanto, é preciso ressaltar que Keegan adota uma definição dúbia do conceito de *cultura guerreira* que utiliza para tecer seu argumento. Se no início de seu livro, esse conceito encontra-se enraizado na constituição geral da humanidade, reportando-se mesmo a uma terra onde “o instinto é rei” (KEEGAN, 1994:1), a partir de certo ponto o autor passa a tratar a noção a partir de um prisma de práticas coletivas enraizadas. Como consequência direta disso, a concepção ontológica do problema da guerra transforma-se radicalmente.

Embora se possa defender que cultura e natureza são conceitos indissociáveis (TOOBY e COSMIDES, 1992, 2015), não é esse o movimento traçado por Keegan, mais especificamente, o autor apresenta as duas concepções como antagonistas do debate acerca da guerra, o que de fato constitui uma posição coerente, uma vez que os dois lados possuem poucos pontos de contato e o diálogo não se estabelece.

Dessa forma, Keegan não insiste na ideia de instinto e prefere adotar a cultura como uma ponte de diálogo com seus interlocutores, inclusive por conta da necessidade de se posicionar no debate acadêmico, o que ele tacitamente coloca ao afirmar que:

“A cultura nos parece o grande determinante de como os seres humanos se conduzem; no infindável debate acadêmico entre ‘natureza e cultura’, é a ‘escola da cultura’ que desfruta de mais apoio dos espectadores.”³(KEEGAN, 1994:2)

Além dessa duplicidade do conceito de cultura em Keegan, temos uma segunda dimensão complicadora que é a oposição ensejada pelo autor ao conceito de política em Clausewitz.

Aqui esbarramos em um problema de cunho linguístico, posto que o vocábulo alemão empregado por Clausewitz *Politik* admite duas traduções em inglês, podendo ser *policy* ou *politics*. Considerando a dimensão de *policy*, o significado se reveste de um verniz de

³ Tradução minha de: Culture to us seems the great determinant of how human beings conduct themselves; in the relentless academic debate between 'nature and nurture', it is the 'nurture school which commands greater support from the bystanders.

racionalidade e intencionalidade, enquanto o termo *politics* funciona para designar o conflito, muitas vezes irracional pela disputa de poder. Dessa forma, a guerra pode ter todos os predicados negativos associados à violência e à não-intencionalidade e ainda assim se política. (BASSFORD, 1994:326-327)

Seguindo o debate posterior sobre a divergência entre Keegan e Clausewitz, encontramos também as contribuições de Herbeg-Rothe (2001) que esclarece a dificuldade teórica associada à formulação de Keegan sobre o conceito de cultura e de política; a abordagem de Diniz (2010) que defende Clausewitz como um teórico capaz de sustentar um paradigma enquanto Keegan é um autor cujos problemas de definição comprometem o desenvolvimento da obra; e, mais recentemente, é Sonderling (2018) que propõe uma retomada do conceito original de Keegan acerca da natureza como chave interpretativa mais adequada.

1.2.A GUERRA ANTES DO ESTADO

Clausewitz e seus sucessores postulam a guerra como um enfrentamento eminentemente estatal, posto que existe na guerra uma trindade, constituída pelo povo, pelas forças armadas e pelo governo, compondo um conjunto, a princípio, indissociável dos estados europeus do século XIX.

Entretanto, a guerra é um fenômeno humano de raízes muito anteriores à constituição dos estados modernos, de modo que suas manifestações fora dessa esfera constituem um desafio teórico que devemos enfrentar para o avanço desse trabalho.

O conceito de guerra primitiva foi construído para comportar teoricamente as manifestações guerreiras fora dessa esfera estatal. Os primeiros autores a empreender o esforço teórico de estudar as guerras primitivas de maneira sistemática e que cunharam o termo foram Wright e Turney-High no início do século XX e ambos buscaram estipular uma cisão radical entre os dois tipos de guerra.

Apesar da convergência sobre a necessidade de separar a guerra estatal e a guerra primitiva, Wright e Turney-High possuíam critérios diferentes para estabelecer o corte. Por um lado Wright evocava a animalização dos guerreiros no contexto das guerras primitivas como principal diferença, por outro, Turney-High trabalhava com a ideia de um horizonte militar (essencialmente uma variável técnica) que delimitava a guerra verdadeira. No centro

do pensamento de ambos os autores existe a noção de uma guerra racionalmente explicável em seus motivos:

No combate civilizado, ou verdadeiro, os motivos ou objetivos seriam econômicos e políticos – por exemplo, saques, mais territórios ou hegemonia. Turney-High caracterizou esses motivos como ‘_racionais e práticos’. Por contraste, dizia-se que os primitivos lutavam por motivos pessoais, psicológicos e sociais. Wright argumentava que os objetivos militares das sociedades primitivas envolviam primeiramente a manutenção da ‘solidariedade do grupo político’ e secundariamente a satisfação de ‘certas necessidades psíquicas da personalidade humana’. (...) Tanto Turney-High quanto Wright reafirmaram a largamente difundida alegação de que os povos primitivos iam à guerra, em geral, por aventura ou esporte – literalmente, para fugir do tédio.⁴ (KEELEY, 1996: 11, tradução nossa)

Talvez o ponto mais importante de ambas as formulações seja a pouca relação com a evidência empírica sobre a guerra primitiva. Se observarmos o passado humano, em particular as comunidades neolíticas europeias (conjuntos humanos que antecedem em séculos ou mesmo milênios qualquer tipo de formação estatal) encontraremos evidência clara de enfrentamentos militares dotados de racionalidade e estrutura técnica.

Em especial podemos recorrer a dois sítios arqueológicos, os massacres de Talheim e Schletz (atualmente localizados na Alemanha e na Áustria, respectivamente). Talheim é uma grande cova na qual foram enterradas 34 pessoas, das quais 9 homens, 7 mulheres e 16 crianças, a maioria fora morta com golpes de machado predominantemente na cabeça. Em Schletz as evidências são mais numerosas, havia na cova mais de 100 corpos, a maior parte dos quais fora morta com golpes de enxó, uma espécie de machado típica do neolítico. O mais interessante é que a sobre representação dos corpos masculinos em Schletz sugere que a morte desses indivíduos fora causada durante uma incursão para captura de mulheres. (MILISAUKAS, 2011)

Isso não significa dizer que as hipóteses ritualísticas ou religiosas, convergindo para uma interpretação da irracionalidade da guerra primitiva aos moldes de Turney-High e Wright sejam imediatamente descartadas. Por outro lado, significa que existem hipóteses mais diversas das que as apresentadas pelos dois autores iniciais, de modo que parece haver um caráter material e racional associado aos conflitos nas sociedades do neolítico.

⁴ No original: “In civilized or real warfare the motives or goals were economic and political - for example, plunder, more territory, or hegemony. Turney-High characterized these as ‘_rational and practical’. By contrast, primitives were said to fight for personal, psychological, and social motives. Wright argued that the military goals of primitive societies primarily involved maintaining ‘_the solidarity of the political group’ and secondarily satisfying ‘_certain psychic needs of human personality’. (...) Both Turney-High and Wright asserted the widely repeated claim that primitive people commonly went to war for adventure or sport - literally, to escape boredom”

Havendo essa evidência trazida pelos sítios arqueológicos neolíticos, é possível questionar a tese de que a guerra, a violência intersocietária, constituiu um ato puramente simbólico, religioso ou ritualístico. Isso não significa a ausência desses elementos, posto que eles muitas vezes manifestam nas próprias sociedades estatais, *locus* por excelência da racionalidade militar na acepção de Wright e Turney-High. Conforme nos relata Keeley (1996:62)

“Até o fim do século XIX, soldados dos países civilizados exibiam em batalha suas cores regimentais, suas águias imperiais e similares, e tinham extraordinária preocupação em proteger esses símbolos e em capturar os dos inimigos. Uma desonra terrível estava associada à perda desses símbolos (que eram carregados nas primeiras fileiras no ponto de maior exposição durante o combate) para o inimigo. Quando o combate tornava-se corpo a corpo, disputas ferozes se desenvolviam ao redor desses estandartes, conforme homens lutavam por sua captura ou preservação. Talvez a evidência mais clara de sua natureza puramente simbólica seja que dois oficiais britânicos foram agraciados, postumamente, com a maior comenda de valor do Reino Unido, a Cruz Vitória, por terem fugido diante do inimigo, porque estavam tentando salvar as cores de seu regimento de serem capturadas pelos Zulus que venceram o confronto. Os homens eram oficiais das unidades britânicas que foram derrotadas em Isandlwana, em 1879, e eles haviam fugido do campo de batalha por várias milhas antes de serem capturados e mortos. Comportamentos que seriam normalmente vistos como covardes e irresponsáveis em um oficial – abandonar o comando e fugir da batalha – foram transmutados em atos de extrema coragem porque seu propósito era salvar um símbolo inútil. Para aumentar a ironia do incidente, os Zulus não demonstraram qualquer interesse nesses símbolos britânicos e os deixaram onde os encontraram.”⁵

O problema agora ganha outro contorno, posto que não podemos mais situar o *locus* da racionalidade militar no Estado, precisamos transladá-lo para outro espaço, em particular, o indivíduo humano e suas ramificações sociais.

1.3.NOSSA CONDIÇÃO PRIMATA – Os laços sociais como espaço da racionalidade

Convém adotar como ponto de partida dessa seção a própria definição de racionalidade para que possamos clarificar o debate subsequente trazido pela proposta biológica acerca do problema da guerra.

⁵ Tradução minha de: “Until the end of the nineteenth century, civilized soldiers exhibited in battle and extraordinary preoccupation with protecting their own and seizing their enemy’s regimental colors, imperial eagles, and the like. Terrible dishonor was associated with losing these symbols (which were nevertheless carried in the front ranks, at the point of maximum exposure, during combat) to the enemy. When combat became close, especially fierce struggles developed around these standards as men fought to seize or retain them. Perhaps the clearest evidence of their purely symbolic nature was that two British officers were posthumously awarded Britain’s highest award for valor, the Victoria Cross, for flight in the face of the enemy, because that were attempting to save the colors of their regiment from capture by victorious Zulus. The men were staff officers of the British units that were defeated at Isandlwana in 1879, and they had fled several miles from the battlefield before being caught and killed. Behaviors that would therefore normally be regarded as cowardly and irresponsible in an officer - abandoning a command and fleeing from battle - were transmuted into acts of extreme courage because their purpose was to save a useless symbol. Compounding the irony of this incident, the Zulus showed no interest in these British colors and left them on the spot.”

Tradicionalmente, a racionalidade é tida como a capacidade cognitiva de relacionar meios de modo a alcançar determinado fim, assim, uma vez determinada a finalidade é a racionalidade que define o caminho a ser escolhido para concretizá-la (OSTROM, 2013)

Sobre esse postulado básico, costuma-se agregar uma segunda camada que trata da questão da eficiência racional, isto é, não apenas a racionalidade escolhe o caminho a ser seguido como ela também escolhe o caminho que oferece o resultado ótimo para alcançar a finalidade pretendida. O grande problema dessa formulação é que ela pressupõe uma capacidade de processamento cognitivo incompatível com a realidade observada, simplesmente inexiste no cérebro humano a possibilidade de processar todos os dados necessários a um custo suficientemente baixo para tomar uma decisão otimamente eficiente. Dessa forma, é mais razoável supor um modelo de arquitetura mental que trabalhe com heurísticas, conforme apontam os avanços recentes nas pesquisas comportamentais.

Em particular, uma das regras apriorísticas que são utilizadas pelos humanos para a tomada de decisões é a reciprocidade. Fundamentalmente, trata-se de um sistema que permite tomar duas decisões diferentes, a recompensa e a punição. Em caso de uma ação percebida como positiva, pratica-se a recompensa; caso a ação seja negativa, pratica-se a punição. (OSTROM, 2013)

Evidentemente os fundamentos do que constitui uma “boa ação” ou uma “ação perversa” são culturalmente condicionados e variam enormemente conforme os grupos estudados, entretanto, a existência do princípio de reciprocidade é generalizada. Um grupo que sistematicamente punisse as boas ações e recompensasse as ações perversas não possuiria coesão social o suficiente para permanecer existindo e terminaria por desaparecer.

Mesmo considerando as variações possíveis para o problema da reciprocidade, a regra maior, dotada de caráter universal para a espécie humana, serve como apoio sólido para o desenvolvimento teórico em particular porque ela já propõe instantaneamente um desafio: valendo o princípio da reciprocidade, como pautar a guerra como fenômeno racional, uma vez que ela constrói justamente uma dimensão na qual o outro não pratica boas ações ou de que o outro é sistematicamente o ator perverso?

A resposta lógica para isso é a desumanização do outro no contexto de conflito, apenas nessa circunstância a guerra pode continuar a ser entendida como fenômeno racional. Essa resposta lógica se sustenta empiricamente e é verificável, por analogia, com os nossos parentes evolucionários mais próximos, os chimpanzés.

Da mesma forma que os grupos humanos praticam uma forma de violência coalizacional intersocietária, isto é, se organizam em grupos coesos com o propósito claro de agredir outro grupo da mesma espécie, os chimpanzés também o fazem. Mais interessante ainda, ao fazê-lo demonstram via sinais somáticos que não processam o reconhecimento do chimpanzé de outro bando como um congênere, mas sim como um animal de caça. Dessa forma realiza-se um processo descrito pelos primatólogos como “deschimpanização”. (BARREIROS, 2018)

Dessa forma, os chimpanzés possuem simultaneamente uma avançadíssima sociabilidade interna, reconhecendo os membros do *ingroup* como pares (desiguais porque inseridos numa hierarquia) sujeitos a toda forma de interação social complexa (vigorando inclusive o paradigma da reciprocidade), e uma total ausência de sociabilidade para aqueles que estão no *outgroup*, indivíduos que não possuem qualquer dimensão social não sendo sequer reconhecidos como chimpanzés, restando a eles apenas um destino, o extermínio⁶.

A noção de uma guerra entre chimpanzés pode causar estranheza à primeira vista, porém, trata-se de um fenômeno documentado (embora ainda com poucos casos intensivamente trabalhados). O caso mais bem estudado é o da “Guerra dos 4 Anos de Gombe” na qual dois grupos de chimpanzé, Kasekela e Kahama, enfrentaram-se em uma disputa entre os anos de 1974 e 1977, resultando no extermínio dos chimpanzés do grupo Kahama. (FELDBLUM et al., 2018)

É significativo que as guerras entre chimpanzés fujam ao modelo clausewitziano da subjugação e conformem-se como guerras de extermínio, indicando que a possibilidade de tratar o inimigo como um congênere, condição necessária para não o exterminar, é um atributo específico da racionalidade humana.

1.4.O CASO DAS GUERRAS TUPI – A interconexão entre a cultura e o ambiente

Quando voltamos nosso olhar para as guerras ameríndias, encontramos uma interpretação consolidada de que essas guerras são fruto de determinados ditames culturais dessas sociedades (CLASTRES, 2004), uma interpretação que se aproxima da cultura guerreira proposta por Keegan (1994) e com a definição de guerra primitiva adotada por

⁶ Os chimpanzés não realizam nenhuma forma de batalha campal nos moldes das guerras estatais, a forma mais comum de conflito é a agressão assimétrica, na qual o confronto ocorre apenas quando um bando possui uma vantagem numérica significativa e pode exterminar o inimigo com risco mínimo. Caso bandos numericamente similares se encontrem o conflito é evitado.

Wright e Turney-High (KEELEY, 1996). Aqui, apresentaremos outra interpretação que possui características complementares e alternativas à visão consolidada.

Quando observamos a formação da sociedade Tupi identificamos que seu processo de consolidação no território é indissociável do ambiente ecológico no qual sua cultura se desenvolveu. Em particular, devemos ter em mente a configuração climática do bioma amazônico, berço da civilização Tupi.

A partir do intercruzamento de fontes linguísticas e de evidências arqueológicas, é possível situar a gênese da cultura Tupi às margens do rio Madeira na floresta amazônica. Essa região apresenta algumas peculiaridades geográficas, posto que é um dos pontos de mais alta pluviosidade da região e parece ter sido assim há milhares de anos.

A Amazônia, como qualquer bioma terrestre, esteve sujeita a variações climáticas, apresentando períodos de seca prolongados que geraram processos de savanização que reduziram a densidade florestal e criaram grandes espaços abertos que isolavam ilhas florestais, as quais serviram de refúgio para o processo especiativo responsável por uma parte da biodiversidade do ecossistema e, simultaneamente, para a configuração cultural Tupi. (HAFFER, 1969; HAFFER e PRANCE, 2002; MEGGER, 1975; MEGGERS, 1977)

A resposta cultural desenvolvida pelos Tupis para lidar com a redução da disponibilidade de recursos florestais foi a migração, de modo que as populações às margens da ilha florestal constituída ao longo do rio Madeira buscaram a dispersão territorial como estratégia de sobrevivência.

Essa migração ficou consolidada na mitologia cosmogônica dos Tupis que apresentam na sua história para a origem do mundo justamente a migração do seu Deus maior, Ñanderuvuçu e permaneceu como fenômeno identificável nos Tupis históricos pelos cronistas do século XVI. (VAINFAS, 2017)

Uma vez instalada a resposta migratória, não apenas a escassez por causas naturais passou a servir de gatilho, mas a própria ocupação do espaço, que, dadas as técnicas utilizadas pelos Tupis levavam ao esgotamento da biosfera, funciona como disparador de um ciclo migratório. (FERNANDES, 2006)

Esse esgotamento cíclico ocorrido em função da ocupação Tupi necessitava de um mecanismo de reequilíbrio do bioma, de modo que a solução tecnicamente disponível era o abandono das terras sobre utilizadas em favor de novas terras dotadas de recursos mais

abundantes. Contudo, ao realizar esse deslocamento, os Tupis entravam em contato com outros grupos, o que tornava necessário o enfrentamento militar como disputa pelo território desejado. (VIVEIROS DE CASTRO, 1985, 1987, 2014; NIMUENDAJU, 1987 e FERNANDES, 2006).

É nesse contexto que os Tupis realizavam rituais e construíram narrativas, muitas vezes de maneira inconsciente, que perpetravam a desumanização do inimigo, permitindo suspender as regras de reciprocidade humanas e realizar a agressão conjunta aos grupos inimigos.

O fundamental dessa exposição sobre a guerra Tupi é seu caráter simultaneamente racional (posto que meios e fins estabelecem uma relação clara, no caso a guerra e a migração são meios de garantir a subsistência material da sociedade Tupi) e não estatal (é inadequado postular uma similitude entre o Estado europeu do século XIX pensado por Clausewitz e as estruturas políticas dos Tupis, a esse respeito temos a contribuição de Clastres (2014) acerca das formas de governo indígenas).

Dessa forma, podemos recolocar a hipótese mais ampla sobre a natureza da guerra, aqui posta como uma disputa intersocietária, trasladando o *locus* da racionalidade, que não se localiza mais no Estado e sim no inconsciente humano. Assim sendo, a guerra possui raízes ancestrais, muito anteriores às formas políticas contemporâneas, que nos ajudam a explicar o fenômeno observado.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos tradicionais sobre a guerra se restringem aos episódios mais recentes do problema, tratando mais intensamente dos últimos séculos. Ao recuar a linha do tempo e ampliar o recorte espacial podemos ampliar, simultaneamente, a abrangência teórica.

Quando Keegan postula a cultura guerreira ele abre alguns caminhos intelectuais importantes, entretanto, sua tese permanece atrelada a um referencial lógico que associa a guerra ao fenômeno político e em particular às estruturas políticas mais imediatamente identificáveis, sobretudo o Estado.

Quando consideramos a guerra a partir do prisma biológico, em especial a partir dos parâmetros de comportamento animal que conformam estrutura universais dentro de determinados níveis de análise biológico (espécie, gênero, etc.), podemos construir uma ponte entre a nossa circunstância humana e as demais formas de vida.

Ao conduzirmos essa aproximação entre humanidade e natureza, fazemos emergir uma racionalidade profunda que podemos identificar também nas configurações guerreiras, sendo o mais interessante a antecedência que essa racionalidade possui face às normas culturais, podendo ser deslocadas para temporalidades tão distantes quanto 7 milhões de anos atrás (momento da divergência entre humanos e chimpanzés) ampliando substancialmente a nossa capacidade de compreensão e explicação sobre o fenômeno da guerra.

REFERÊNCIAS

- BARREIROS, Daniel. Guerra, Ética, Etologia. **Journal of Big History**, v. 2, n. 2, p. 1-18, 2018.
- BASSFORD, C. John Keegan and the Grand Tradition of Trashing Clausewitz: A Polemic. **War in History**, v. 1, n. 3, p. 319–336, 1994.
- CLASTRES, P. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Editora Cosac Naify, 2014.
- DINIZ, E. Epistemologia, história e estudos estratégicos: Clausewitz versus Keegan. **Contexto Internacional**, v. 32, n. 1, p. 39–90, 2010.
- FELDBLUM, Joseph T. et al. The timing and causes of a unique chimpanzee community fission preceding Gombe's "Four-Year War". **American journal of physical anthropology**, 2018.
- FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- HAFFER, J. Speciation in Amazonian Forest Birds. **Science**, v. 165, n. 3.889, p. 131-137, 1969.
- HAFFER, J.; PRANCE, G. T. Impulsos climáticos da evolução na Amazônia durante o Cenozoico: sobre a teoria dos Refúgios da diferenciação biótica. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 46, p. 175-206, 2002.
- HERBERG-ROTHER, A. Primacy of "Politics" or "Culture" Over War in a Modern World: Clausewitz Needs a Sophisticated Interpretation. **Defense Analysis**, v. 17, n. 2, p. 175–186, 2001.
- KEEGAN, John. **A history of warfare**. New York: Vintage Books, 1994.
- KEELEY, L. H. **War Before Civilization**. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1996.
- MEGGERS, B. J. Application of the Biological Model of Diversification to Cultural Distributions in Tropical Lowland South America. **Biotropica**, v. 7, n. 3, p. 141-161, 1975.
- MEGGERS, B. J. Vegetational Fluctuation and Prehistoric Cultural Adaptation in Amazonia: Some Tentative Correlations. **World Archeology**, v. 8, n. 3, p. 287-303, 1977.
- MILISAUSKAS, S. Early Neolithic: the First Farmers in Europe, 7000-5500/5000 B.C. In: MILISAUSKAS, S. (Ed.). **European Prehistory: A Survey**. 2. ed. Nova York: Springer, 2011. p. 153- 223.
- NIMUENDAJU, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos apocúva-guarani**. São Paulo: Editora HUCITEC - Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- O'CONNOR, D. P. Imperial Strategy and the Anglo-Zulu War of 1879. **The Historian**, v. 66, n. 2, p. 285-304, 2006.

OSTROM, Elinor. Toward a Behavioral Theory Linking Trust, Reciprocity, and Reputation. In: OSTROM, Elinor; WALKER, James (Eds.). **Trust and Reciprocity**. [S.l.]: Russell Sage Foundation, 2003. p. 19–79.

SONDERLING, S. I Kill, Therefore I Am: War and Killing as Structures of Human Spirit. **Phronimon**, v. 19, p. 1–17, 2018.

TOOBY, J.; COSMIDES, L. Cognitive Adaptations for Social Exchange. In: BARKOW, J. H.; COSMIDES, L.; TOOBY, J. (Ed.). **The Adapted Mind**: Evolutionary psychology and the generation of culture. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1992. p. 163-228.

TOOBY, J.; COSMIDES, L. The Theoretical Foundations of Evolutionary Psychology. In: BUSS, D. M. (Ed.). **The Handbook of Evolutionary Psychology, Second edition. Volume 1: Foundations**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2015. p. 3–87.

VAINFAS, Daniel Ribera. **O Arquétipo da Guerra**: a alquimia entre o etológico e o simbólico na guerra Tupi. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Política Internaional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. Nimuendaju e os Guarani. In: NIMUENDAJU, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos apapocúva-guarani**. São Paulo: Editora HUCITEC - Editora da Universidade de São Paulo, 1987. Prefácio. p. xvii-xxxix.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. Bibliografia Etnológica Básica Tupi-Guarani. *Revista de Antropologia*, v. 27, n. 1, p. 7-24, 1985.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. Imanência do inimigo. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. **A inconstância da alma selvagem**: e outros ensaios de antropologia. 5. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014. cap. 4, p. 267-297.